

ATA DA III REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos vinte e dois e vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e doze,
2 no Auditório do Anexo I, Térreo, do Palácio do Planalto, Brasília/DF, foi
3 realizada a III Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança
4 Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da
5 República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu
6 Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e
7 regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de
8 presença encontra-se anexa. Pauta do dia 22 de maio: 1) Informes – Maria
9 Emília Pacheco – Presidente do CONSEA – 09h. 2) Continuação do debate e
10 deliberação, em Plenária, sobre os novos formatos das Comissões
11 Permanentes e Grupos de Trabalho – Maria Emília Pacheco – Presidente do
12 CONSEA – 09h15. 3) Indicação de representantes do CONSEA para instâncias
13 e atividades externas – 11h30. 4) Relato da Comissão de Presidentes dos
14 CONSEAs Estaduais – Kátia Cilene – Coordenadora das Comissão – 12h. 5)
15 Informe sobre os encaminhamentos da Rio + 20 – Mirlane Klimach –
16 Representante do Grupo de Trabalho – 12h20; 6) Intervalo para almoço; 7)
17 Reunião das Comissões Permanentes recém-formadas – 14h as 17h30 – Salas
18 do Anexo I do Palácio do Planalto; Objetivos: a) Indicar coordenador(a)
19 provisório(a) ou definitivo(a); b) Debater e fazer sugestões à proposta de
20 Política nacional de Agroecologia; c) Indicar os próximos passos da Comissão
21 Permanente. Pauta do dia 22 de maio: 8) Aprovação da Pauta do dia e das
22 atas das I e II Plenárias – Maria Emília Pacheco – Presidente do CONSEA –
23 09h. 9) Análise e aprovação da Exposição de Motivos sobre o Código Florestal
24 – Maria Emília Pacheco – Presidente do CONSEA – 09h15. 10) Saudação da
25 Ministra Tereza Campello – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
26 Fome (a confirmar) 09h30. 11) Propostas para uma Política Nacional de
27 Agroecologia – 09h45; a) Apresentação da proposta de Política Nacional de
28 Agroecologia em debate no Governo – Cláudia Calório – Diretora do
29 Departamento de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente e representante
30 do Grupo Interministerial de elaboração da Política – 9h45; b) Propostas da
31 sociedade civil para a Política Nacional de Agroecologia – Eugênio Ferrari –
32 representante do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia -
33 ANA - 10h10; c) Apresentação das propostas das Comissões Permanentes –
34 Coordenadores(as) das Comissões - 10h30; d) Debate e encaminhamentos –
35 11h às 13h. Intervalo para almoço – 13h às 14h. 12) Plano Safra da Agricultura
36 Familiar 2012-2013 – 14h; a) Apresentação do Plano Safra da Agricultura
37 Familiar 2012-2013 – Ministro Pepe Vargas - Ministério do Desenvolvimento
38 Agrário - 14h (a confirmar); b) Propostas dos movimentos sociais ao Plano
39 Safra da Agricultura Familiar – Contag, Fetraf, MMC e outros - 14h30; c)
40 Indicação de representantes do CONSEA para formação do GT Conjunto
41 CONSEA-Condraf – 14h50; d) Debate e encaminhamentos – 15h às 15h30. 13)
42 Informe sobre aprovação do CONSEA *ad referendum* ao termo de parceria do
43 MDS com a ASA para AP1MC e P1+2 (construção de cisternas de água para
44 consumo e para produção) – Elza Braga – Conselheira do CONSEA - 15h30.
45 14) Informe sobre indicação de coordenação das Comissões Permanentes e

46 definição de temas prioritários para as próximas Plenárias – coordenação:
47 Maria Emília Pacheco – Presidenta do CONSEA – 15h45. 15) Encerramento –
48 17h30. Deu-se início às atividades da Sessão, no dia 22 de maio. Composição
49 da 1ª Mesa: Maria Emília Pacheco, Presidente do CONSEA Nacional, Maya
50 Takagi, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS,
51 Michele Lessa – Coordenadora do CONSEA Nacional. O primeiro Item de
52 pauta a ser tratado foi o 1) Informes – Maria Emília Pacheco – Presidente do
53 CONSEA. Deu-se a abertura da Sessão pela Presidenta do CONSEA Nacional,
54 quando Maria Emília Lisboa Pacheco, agradeceu a presença de todos, e
55 apresentou a pauta do dia. Em seguida, passou aos informes da Presidência: i)
56 Informou que foi implantado novo sistema de emissão de passagens, onde é
57 exigida maior antecedência para emissão das mesmas. Agora a prestação de
58 contas é interligada, e deve ser feita com no máximo de cinco dias depois de
59 cada atividade. O voo será definido pelo menor preço e não poderá ser
60 alterada a data depois de adquirida a passagens. ii) Informou que o CONSEA
61 Nacional já está inscrito no SIC - Sistema de Informação ao Cidadão. iii)
62 Lembrou que o CONSEA tratará, nesta reunião, da Política Nacional de
63 Agroecologia. iv) Informou que esteve presente no CONSEA o Sr. Daniel
64 Balaban, do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de
65 Alimentos, para uma conversa onde foi sugerido a ele que, na medida do
66 possível, as comitativas do Centro sejam organizadas de forma a coincidir com a
67 data das Plenárias do CONSEA, pois o Conselho terá muito prazer em recebê-
68 las. O Senhor Daniel Balaban demonstrou interesse em ser observador no
69 CONSEA. Este assunto será posto em apreciação e deliberação da Plenária,
70 em outra oportunidade. v) Informou que houve uma reunião com o Senhor Luiz
71 Cláudio, Coordenador do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos -
72 PARA, da ANVISA. No momento foi renovado o apelo de uma parceria estreita
73 entre CONSEA e ANVISA. Foi informado ao Senhor Luiz Cláudio que o
74 CONSEA tem interesse em estabelecer um Grupo de Trabalho para tratar de
75 agrotóxicos e transgênicos, contando com a participação da ANVISA. Para
76 isso, será feita uma reunião com o representante do CONSEA Estadual do
77 Paraná para tratar do assunto, pois nesse Estado existe um dos laboratórios
78 referência em análises de resíduos de agrotóxicos do País. A ideia é mobilizar
79 o Governo do Estado do Paraná para que esse laboratório funcione
80 adequadamente. Maria Emília propôs a realização de uma mesa de
81 controvérsias sobre agrotóxicos e transgênicos. Outra sugestão feita foi a
82 realização de uma audiência com o Diretor Presidente da ANVISA, e um
83 diálogo entre a ANVISA e a Comissão de Presidentes dos CONSEAs
84 Estaduais para tratar desse assunto. vi) Informou que houve uma reunião com
85 uma assessora da Secretaria Geral da Presidência, Juliana Miranda, e com o
86 Ministro Sílvio Albuquerque, para tratar da regulamentação do art. 6º da
87 Convenção 169, que trata dos direitos dos povos tribais e populações
88 tradicionais. O encaminhamento aprovado pela Plenária é que esse assunto
89 continuará sendo tratado no CONSEA, pela Comissão dos Presidentes
90 Estaduais, Comissões Permanentes 5 e 6 e o Ministro da Secretaria Geral da
91 Presidência e Juliana Miranda. Dia 26 de junho, a Comissão de Presidentes
92 dos CONSEAs Estaduais e as CPs 5 e 6 se reunirão para tratar do tema. vii)
93 Informou que foi feita uma reunião com os Conselheiros do CONSEA sobre
94 uma pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional. Haverá um informe por

95 escrito sobre o assunto que será apresentado em outra oportunidade. viii)
96 Maya Takagi fez uso da palavra e informou que o Ministério de
97 Desenvolvimento Social está distribuindo o Relatório pelo Direito Humano à
98 Alimentação, de Oliver De Shutter, uma publicação da CAISAN, com apoio do
99 Itamaraty. ix) Sobre a oficina realizada pela SISAN, com os gestores estaduais
100 e municipais sobre educação alimentar e nutricional, Maya informou que a
101 contratação será feita nos dias 4 e 5 de junho de 2012. Em seguida, passou-se
102 ao Item 2) Continuação do debate e deliberação, em Plenária, sobre os novos
103 formatos das Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho – Maria Emília
104 Pacheco – Presidente do CONSEA, tratando primeiramente das orientações
105 gerais do Funcionamento e Organização das Comissões Permanentes e
106 Grupos de Trabalho, conforme consta no Planejamento do CONSEA –
107 Sistematização dos Trabalhos de Grupo. Em seguida, foi apresentado o quadro
108 de propostas para análise da Plenária, sendo que os trabalhos das Comissões
109 devem basear-se nos Macrodesafios da IV Conferência Nacional de SAN, nas
110 Diretrizes do Plano Nacional de SAN, nas Ações propostas pelo CONSEA em
111 2012-2013 e nas atividades dos Grupos de Trabalho vinculados. Maria Emília
112 informou que as Comissões Permanentes foram alteradas para: CP1 – Sistema
113 e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; CP2 – Macrodesafios
114 Nacionais e Internacionais; CP3 – Produção, Abastecimento e Alimentação
115 Adequada e Saudável; CP4 - Direito Humano à Alimentação Adequada; CP5 –
116 SAN da População Negra e de Povos e Comunidades Tradicionais; CP6 – SAN
117 dos Povos Indígenas e CP7 – Consumo, Nutrição e Educação. O Debate foi
118 aberto para a Plenária se manifestar, apresentando observações e sugestões a
119 respeito da permanência ou não das Comissões e suas funções. Em seguida, a
120 Conselheira Norma Sueli Marques da Costa Alberto, do CONSEA-PI, nesta
121 reunião representando a Comissão de Presidentes dos CONSEAs Estaduais
122 solicitou a inclusão desta Comissão no Relatório e Comissões, visto que a
123 CPCE está prevista no Regimento Interno do CONSEA e está respaldada pelo
124 Decreto Nº 6.272, DE 23 de novembro de 2007, que dispõe sobre as
125 competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de
126 Segurança. Maria Emília, no entanto, esclareceu a importância da CPCE no
127 CONSEA e informou que a Comissão continuará existindo dentro do Conselho.
128 Afirmou que o debate sobre o desempenho das Comissões continuará sendo
129 aperfeiçoado. A palavra foi franqueada ao Conselheiro Milton Rondó Filho, que
130 informou que está sendo discutida na FAO a questão do conceito da Soberania
131 Alimentar. Para isso, foi solicitado que todos defendam e informem, em seus
132 contatos internacionais, que no Brasil é lei o conceito da Segurança e
133 Soberania Alimentar. Milton Rondó informou também que está sendo discutida
134 a possibilidade de se ter um observatório sobre de segurança alimentar,
135 desenvolvimento rural, agricultura e abastecimento no Brasil. Em seguida,
136 informou que está sendo feito um levantamento, com as Embaixadas
137 brasileiras, sobre a importância dos alimentos na composição da inflação.
138 Milton Rondó considera muito importante o papel do CONSEA no
139 desenvolvimento de uma rede de instituições de pesquisa sobre segurança
140 alimentar e agricultura, em conjunto com o Ministério da Ciência Tecnologia e
141 Inovação. Em seguida, foram apresentados os encaminhamentos propostos: i)
142 A Comissão de Presidentes dos CONSEAs Estaduais está no âmbito do
143 CONSEA Nacional e faz parte da construção do Sistema de SAN. ii) Está em

144 andamento na CPCE, conjuntamente com a ANVISA, iniciativas de políticas
145 sobre a regulamentação do art. 6º da Convenção 169, e outros temas
146 importantes. iii) O Observatório de Segurança Alimentar, agricultura e
147 abastecimento na América Latina seja pauta do debate na CP2 e no debate
148 internacional. iv) O conteúdo sobre desperdício de alimentos, desde a
149 produção até o consumo, precisa ser incluído como conteúdo de debate do
150 CONSEA. v) Deve-se dar um tratamento específico sobre a questão dos
151 celíacos. vi) A questão da crise climática deve ser conteúdo das reflexões das
152 Comissões Permanentes 2 e 3, relacionado com o debate internacional. vii) A
153 CP4 deverá ser mantida como proposta inicialmente, considerando a
154 necessidade de avaliação e atualização de seus trabalhos, ainda incluindo
155 como parte de seus conteúdos políticos o macro Desafio 6 da Conferência
156 Nacional, que fala do papel regulador do Estado, e mantendo diálogo com as
157 outras Comissões Permanentes e Comissão de Presidentes. viii) Proposta para
158 que as CP3 e 7 trabalhem separadamente, mas com sinergia, se reunido em
159 momentos diferentes. ix) Sobre os Grupos de Trabalho de Pesquisadores e de
160 Monitoramento, será realizada uma reunião conjunta com seus componentes
161 para definir a quais Comissões devem pertencer. O mesmo deverá acontecer
162 com o GT de Gênero. x) O GT de Indicadores trabalhará separadamente do GT
163 de Pesquisadores. Em seguida, Maria Emília registrou a presença dos
164 representantes governamentais nesta Plenária. Dando sequência aos
165 trabalhos, foi tratado o Item 3) Indicação de representantes do CONSEA para
166 instâncias e atividades externas, quando Maria Emília fez um relato sobre a
167 participação do CONSEA em espaços de monitoramento de programas e
168 políticas. Seguiu-se então a fala da Plenária, indicando nomes para participar
169 das instâncias: i) Grupo Consultivo da Alimentação Escolar - ficará a cargo da
170 CP3 fazer a indicação de representante. ii) Comissão Técnica de
171 Monitoramento da CAISAN - ficará a cargo da CP1 indicar o representante. iii)
172 Pleno Executivo da CAISAN - a representação será feita por Maria Emília ou
173 outro representante da Mesa Diretiva do CONSEA que resida em Brasília. iv)
174 Comitê Técnico de Monitoramento do Plano de SAN na CAISAN - a CP1
175 indicará o representante, que deve ser alguém de Brasília. v) Grupo de
176 Educação Saúde e Agrotóxico - a CP7 indicará o representante. vi) GT
177 Internacional - representação a ser indicada pela CP2. vii) Comissão Especial
178 de Monitoramento e Violação do Direito Humano à Alimentação Adequada - as
179 CPs 4, 5 e 6 indicarão o participante. Em seguida, foi apresentado o quadro de
180 Atividades do CONSEA, de Parceiros e Convites 2012. Foi acordado que a
181 Comissões Permanentes indicarão participantes para participar dos eventos,
182 quando estes forem inerentes às suas funções; e na medida do possível, a
183 Plenária também decidirá sobre a participação de Conselheiros nos eventos.
184 Em seguida, Michele Lessa solicitou aos Conselheiros que sugriam nomes
185 para participar dos eventos que acontecerão de maio a agosto de 2012. Em
186 seguida, a Conselheira Xifronese Santos, do CONSEA Sergipe convidou algum
187 Conselheiro do CONSEA Nacional participe do Seminário que discutirá os
188 resultados da IV Conferência e da Conferência Estadual, no dia 30 de Maio. O
189 Conselheiro Pedro Kitoko se dispôs a ir a esta reunião de Sergipe. Para o I
190 Encontro Agroecológico na Embrapa de Amapá, irá o Conselheiro Eduardo
191 Amaral Borges (Cazuza). Para o Seminário do Plano Municipal Integrado de
192 SAN de Contagem, representará o CONSEA Nacional a Conselheira Mariza

193 Rios. Em seguida, o Conselheiro Fernando Ferreira Carneiro informou que no
194 dia 15 de junho, quando da realização da Rio + 20, na Cúpula dos Povos, será
195 lançado o Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos
196 na Saúde. Fernando Ferreira Carneiro informou que também estará presente
197 no 1º Seminário de Enfrentamento aos Agrotóxicos na Saúde Humana e no
198 Ambiente, nos dias 04 e 05 de junho, no Rio de Janeiro. O Evento será
199 organizado pela Fiocruz. Ao II Fórum de SAN, que será realizado no Piauí, está
200 prevista (será confirmada) a presença de Maria Emília. Seguindo-se os
201 trabalhos, tratou-se do Item 4) Relato da Comissão de Presidentes dos
202 CONSEAs Estaduais – Kátia Cilene – Coordenadora das Comissões, relatou
203 os trabalhos da Comissão, informando que na reunião do dia 21 de maio
204 estiveram presentes dezoito presidentes de CONSEAs Estaduais e também
205 Marcelo Gonçalves, Assessor Técnico do CONSEA e Valéria Buriti, da
206 CAISAN. Os itens tratados naquela reunião disseram respeito: i) A ameaça de
207 morte do Presidente do CAE/Amazonas. Informou que o CONSEA Amazonas
208 participou da Comissão Intersetorial que realizou inspeção nas empresas
209 responsáveis pela produção e fornecimento de gêneros alimentícios às escolas
210 naquele Estado. Na ocasião foram comprovadas diversas irregularidades nas
211 empresas. Então, foi aberto um Inquérito Civil, e houve a prisão de seis
212 policiais envolvidos no caso. Sobre esse assunto o CONSEA Amazonas
213 elaborou uma Moção ao CONSEA Nacional, solicitando que este encaminhe ao
214 Ministro da Educação solicitação de providências sobre o caso em questão. ii)
215 O CONSEA Piauí informou sobre a implementação do Observatório
216 Socioambiental em SAN, um instrumento que deve fortalecer o SISAN e
217 CONSEA Estadual e ainda promover de fato a intersectorialidade em SAN. iii) O
218 CONSEA Tocantins relatou o Encontro que tratou sobre a Beribéri, já verificada
219 também no Maranhão e Roraima. iv) O CONSEA Amapá apontou os
220 problemas do PNAE para desenvolver a Chamada Pública. v) O CONSEA
221 Sergipe referiu-se à dificuldade para participar das Reuniões Ordinárias da
222 CPCE, por limitações de custeio por parte do Estado. Solicitou ao CONSEA
223 Nacional que crie mecanismos de financiamento para os casos excepcionais.
224 Em seguida, Kátia Cilene relatou os itens debatidos e encaminhados pela
225 CPCE: i) Problemas enfrentados nas fronteiras envolvem várias regiões do
226 Brasil, onde especialmente seringueiros estão impedidos de manterem-se em
227 países vizinhos e voltar ao Brasil sem condições de desenvolver suas
228 atividades laborais. Para isso sugeriu que o tema seja pautado no CONSEA
229 Nacional. ii) Estruturação dos CONSEAs Estaduais no que tange a urgência e
230 definição do financiamento do SISAN, especialmente nos Estados. iii) Sobre o
231 documento elaborado pela CAISAN e CONSEA Nacional que trata dos
232 modelos orientadores para a adesão ao SISAN, a CPCE louvou a iniciativa,
233 mas concluiu que o texto desconsidera o papel do CONSEA Estadual. Assim, a
234 Comissão se prontificou a fazer uma leitura minuciosa e apresentar sugestões
235 antes da Oficina do SISAN. iv) Sobre a Subcomissão do Projeto do PAA ao
236 Controle Social, há uma confusão sobre a quem é mais conveniente se
237 submeter, se aos CONSEAs Estaduais ou outros Conselhos Estaduais.
238 Acredita-se que a participação dos CONSEAs no Grupo de Apoio ao PAA está
239 em formação, o que poderá reverter os impasses. v) Sobre a participação da
240 CPCE em outros eventos, a Comissão reclamou que seus representantes não
241 são convidados. Portanto, solicitou recomendação do CONSEA Nacional para

242 participação dos eventuais eventos e do Seminário sobre Agrotóxicos. Foi
243 solicitado à CPCE apoio à articulação e contribuição na implementação do
244 Programa de Equipamentos Sociais de SAN, via Secretaria Executiva: i) Pela
245 ANVISA, para fortalecer o PARA e ampliar a discussão sobre o uso de
246 agrotóxicos e divulgar o resultado das análises. ii) Da Diretoria de Equipamento
247 de SAN para monitoramento, funcionamento e manutenção dos equipamentos
248 e qualidade dos gêneros ali produzidos, como o teor de sódio. iii) Do SESI,
249 para aproximação com a Cozinha Brasil, na expectativa de aumentar a
250 demanda de monitoramento e seu funcionamento. iv) Do Grupo de Trabalho
251 Intersectorial sobre a Convenção 169 da OIT, que pretende apresentar
252 propostas de consulta aos grupos indígenas e tribais e solicitar apoio dos
253 CONSEAs para os eventos regionais a ser desenvolvidos com essa
254 expectativa. Sobre esse ponto, a CPCE deliberou por apresentar os
255 proponentes na próxima reunião da Comissão, que deve ser precedida de
256 documento norteador do tema. Também foi proposta a realização de um
257 Seminário sobre o Sistema S e sua relação com o SAN. vii) A CPCE discutiu e
258 propôs um novo texto sobre o Regimento Interno do CONSEA Nacional,
259 deixando claro seu papel na construção e consolidação de SAN, e seu
260 funcionamento com a atuação junto ao CONSEA Nacional. viii) Propôs inserir
261 em seus trabalhos discussão sobre a questão climática, tema relevante e de
262 fundamental importância para a população. Em seguida, o Conselheiro Marc
263 Arthur Loureiro Storck fez a leitura da Moção de Repúdio às ameaças feitas
264 contra o Presidente do Conselho de Alimentação Escolar do Estado do
265 Amazonas - CAE/AM, o Professor Raimundo Torres. Encaminhamentos
266 propostos: i) Considerando que o CONSEA não tem esse instrumento de
267 Moção de Repúdio, e com observações ao texto, o Documento foi
268 transformado em Recomendação de Apuração dos Fatos e será encaminhado
269 ao Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e demais órgãos
270 competentes. ii) O Caderno da CAISAN e Cartilha serão revistos pela CPCE.
271 Foram apresentadas proposições de errata dos modelos de adesão, para que
272 estes não sejam vistos como obrigatórios. Depois de revistos pela CPCE, com
273 participação do CONSEA Nacional, este articulará junto ao CONDRAF uma
274 discussão de submissão dos projetos relacionados ao PAA, para que fique
275 claro a quem deve ser submetido. Este tema ser aprofundado no CONSEA
276 Nacional. iii) Será recomendada a participação da CPCE em outros eventos
277 relacionados a SAN. iv) A proposta de texto sobre o Regimento Interno do
278 CONSEA, na parte que trata da CPCE, será levada à Mesa Diretiva e
279 posteriormente pautado na Plenária do Conselho. Em seguida, Maya Takagi
280 informou que o tema do PAA será pautado na Reunião do CONDRAF. O
281 Conselheiro Joseilton Evangelista de Souza apresentou a questão da seca de
282 2012, e a CPCE recomendou ao CONSEA Nacional promover e ampliar a
283 discussão sobre a problemática das mudanças climáticas, construindo
284 proposições nesse campo. Foi solicitado ao CONSEA uma recomendação de
285 inserção dos CONSEAs Estaduais nos chamados Comitê de Combate à Seca.
286 Solicitou recomendação aos Estados que referendem o processo de gestão e
287 implementação das ações no âmbito dos Municípios, recomendando a
288 participação dos CONSEAs Municipais e dos Conselhos Municipais de
289 Desenvolvimento Rural, no sentido de que estes possam participar do processo
290 de decisão e deliberação dos recursos municipais. Outra proposta feita foi para

291 que o CONSEA Nacional construa um documento, a ser remetido tanto à
292 Presidência da República quanto aos Governos Estaduais recomendando um
293 conjunto de proposições e ações sobre a problemática da seca de 2012. Em
294 seguida, Maria Emília informou que o tema da seca do Semiárido será tratado
295 na Plenária de junho. Em seguida, o tema da seca foi abordado pela Plenária,
296 quando foram apresentadas as dificuldades vividas pelas comunidades das
297 regiões do Semiárido. Encaminhamentos propostos: Foi feita uma proposta de
298 recomendação, pedindo participação social nos processos, através do
299 CONSEA e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, chamando as
300 autoridades competentes para o debate na Plenária de junho. Seguindo esse
301 assunto, Maya Takagi informou que a Presidenta Dilma lançou o Plano Ação
302 Brasil Carinhoso, que faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, e tem como
303 objetivo o combate à miséria na primeira infância (crianças de 0 a 6 anos), e
304 uma de suas estratégias é justamente reforçar a suplementação de Vitamina A
305 nas Regiões Norte e Nordeste. 5) Informe sobre os encaminhamentos da Rio +
306 20 – Mirlane Klimach – Representante do Grupo de Trabalho, apresentado no
307 dia 23/05/2012. Este item foi tratado no dia 23/05/2012, na sequência desta
308 reunião. Em seguida, foi feita a distribuição dos Conselheiros às devidas
309 Comissões Permanentes, e encaminhamento às salas onde ocorrerão os
310 trabalhos. Maria Emília informou que, *ad referendum* da Plenária, foi enviado
311 Ofício ao Governo Federal, anunciando a preocupação do CONSEA em
312 relação ao Projeto de Código Florestal, que está para ser vetado pela
313 Presidenta. Esse assunto deverá ser tratado pelas Comissões e apresentado
314 no dia seguinte, na continuação desta reunião. A Sessão foi desfeita para o 6)
315 Intervalo para almoço. Os trabalhos serão continuados no dia 23/05/2013. Após
316 o almoço, os Conselheiros retomarão os trabalhos para dar tratamento ao Item
317 7) Reunião das Comissões Permanentes recém-formadas – 14h as 17h30 –
318 Salas do Anexo I do Palácio do Planalto; Objetivo: a) Indicar coordenador(a)
319 provisório(a) ou definitivo(a); b) Debater e fazer sugestões à proposta de
320 Política nacional de Agroecologia; c) Indicar os próximos passos da Comissão
321 Permanente. Deu-se continuidade às atividades, no dia 23 de maio.
322 Composição da 2ª Mesa: Maria Emília Pacheco, Maya Takagi e Michele Lessa.
323 Logo, passou-se ao Item de Pauta 8) Aprovação da Pauta do dia e das atas
324 das I e II Plenárias – Maria Emília Pacheco – Presidente do CONSEA. As atas
325 foram aprovadas, com inclusão da sugestão do Pastor Werner Fuchs, da Rede
326 Evangélica Nacional de Ação Social (Renas), que solicitou a inclusão de uma
327 proposta de ação responsabilizando a Diretora da Embrapa, por ter mentido ao
328 afirmar categoricamente que não existe outra maneira de manejo de controle
329 do Mosaico Dourado do feijão transgênico, quando a própria Embrapa tem
330 experiências de oito anos com manejo orgânico, sem perda de produtividade e
331 controle do Mosaico Dourado e do Mofo Branco. Maria Emília Pacheco sugeriu
332 que esse tema seja pautado em uma das Comissões Permanentes que
333 articulam as questões relativas ao uso de agrotóxicos e transgênicos. Em
334 seguida, a pauta desta reunião foi aprovada conforme apresentada. O
335 CONSEA comemorou a aprovação da PEC 438/2011, que trata do trabalho
336 escravo. Seguiu-se, então, o tratamento do Item 9) Análise e aprovação da
337 Exposição de Motivos sobre o Código Florestal – Maria Emília Pacheco –
338 Presidente do CONSEA, apresentou uma Exposição de Motivos, onde o
339 CONSEA considera os graves impactos das disposições do conteúdo do

340 Projeto de Código Florestal sobre a segurança alimentar e nutricional da
341 população brasileira. Este Conselho, então, decidiu, no cumprimento de sua
342 missão institucional, sugerir a Excelentíssima Senhora Presidenta da República
343 que utilize sua prerrogativa constitucional e vete integralmente Projeto de Lei
344 aprovado pela Câmara dos Deputados. Encaminhamento: A Exposição de
345 Motivos foi aprovada pela Plenária. Item 10) Saudação da Ministra Tereza
346 Campello – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (a
347 confirmar) 09h30. A Ministra Tereza Campello não pôde comparecer à reunião,
348 por estar cumprindo outros compromissos anteriormente agendados.
349 Composição da 2ª Mesa: Maria Emília, Cláudia Calório e Paulo Guilherme –
350 Departamento de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente e representante
351 do Grupo Interministerial de elaboração da Política e Eugênio Ferrari –
352 representante do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia. O
353 Item seguinte a ser tratado foi o 11) Propostas para uma Política Nacional de
354 Agroecologia – Maria Emília Pacheco mencionou que a agroecologia expressa
355 conquistas da Ciência e do movimento social. Segundo ela, a construção
356 social, baseada nas experiências agroecológicas no Brasil, permitiu este
357 importante momento de interagir com o Governo no sentido de firmar uma
358 proposta de política de agroecologia e sistema de produção orgânica. A
359 presidente do CONSEA celebrou a publicação do documento da ABRASCO -
360 Associação Brasileira de Saúde Coletiva, sobre o impacto do uso de
361 agrotóxicos. Em seguida, a) Paulo Guilherme – Ministério do Meio Ambiente,
362 substituiu Cláudia Calório, Diretora do Departamento de Extrativismo do
363 Ministério do Meio Ambiente e representante do Grupo Interministerial de
364 elaboração da Política, na apresentação da proposta de Política Nacional de
365 Agroecologia em debate no Governo. Paulo Guilherme apresentou a PNAPO,
366 uma Política resultante de várias contribuições de diversos Órgãos e sociedade
367 civil e está constituída dentro de uma estrutura de governança, e vem em um
368 momento em que existem mais de 200 mil famílias inseridas na atividade de
369 produção agrícola orgânica e de base agroecológica no Brasil. Uma produção
370 que apresenta uma taxa de consumo crescente, tanto em nível nacional quanto
371 internacional. Os sistemas orgânicos e de base agroecológica contribuem
372 positivamente para a produção e conservação do equacionamento da agenda
373 ambiental global, para o alívio à pobreza e para a garantia da segurança
374 alimentar. Portanto, há a necessidade da criação de políticas públicas
375 específicas que potencializem as oportunidades representadas pela produção
376 orgânica e de base agroecológica. Objetivo da PNAPO é promover a Transição
377 Agroecológica e a Produção Orgânica como base do desenvolvimento rural
378 sustentável, e interfaces com um conjunto de outras políticas já existentes. São
379 diversas as interfaces da PNAPO, e estas foram detalhadas pelo palestrante,
380 como Eixos e Objetivos: Eixo 1 – Produção; Eixo 2 – Consumo; Eixo 3 – Uso e
381 Conservação dos Recursos Naturais; Eixo 4 – Conhecimento, pesquisa e
382 inovação; Eixo 5 – Marco regulatório e instrumentos; Eixo 6- Gênero e
383 Produção. Seguiu-se ao Subitem b) Propostas da sociedade civil para a
384 Política Nacional de Agroecologia – Eugênio Ferrari – representante do Núcleo
385 Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA informou que a
386 Articulação reúne movimentos, redes e organizações engajadas em
387 experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da
388 produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de

389 desenvolvimento rural. A ANA tem feito diálogo com o Governo desde 2011,
390 realizando seminários, com representantes da sociedade civil e diversos
391 representantes de movimentos envolvidos com o tema da agroecologia. A ANA
392 atua a partir de experiências concretas e desenvolvidas em diferentes
393 contextos, fazendo reflexões e incidindo politicamente na proposição de
394 políticas. As propostas agroecológicas dependem de iniciativas da sociedade
395 civil, respeitando a diversidade e a territorialidade, com apoio do Estado aos
396 movimentos e organizações sociais. O Foco da ANA está centrado no
397 fortalecimento e promoção da agricultura familiar das populações tradicionais e
398 indígenas como base sociocultural e econômica para o desenvolvimento. O
399 palestrante relatou as nove diretrizes da ANA para a PNAPO, que tem o
400 objetivo de promover a agroecologia e a produção orgânica como forma de
401 ampliar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar camponesa e povos e
402 comunidades tradicionais, conservando o patrimônio cultural e natural,
403 contribuindo para a construção de uma sociedade sustentável igualitária e
404 democrática. Eugênio Ferrari esclareceu que a PNAPO tem suas estruturas
405 próprias de proposição, gestão, avaliação e monitoramento e execução, com
406 ações em vários setores do Governo. Dentro dessa estrutura está o Conselho
407 Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que está vinculado à
408 Secretaria Geral da Presidência da República. Quanto ao financiamento da
409 PNAPO, o Orçamento Geral da União é alocado aos Ministérios e outros
410 Órgãos Públicos. Tem-se também a ideia da criação de um Fundo Nacional de
411 Apoio e Fomento à Agroecologia e Produção Orgânica e readequação da
412 forma de operação dos fundos e programas de fomento já existentes. São doze
413 as ações prioritárias para a PNAPO, que se desdobram em um conjunto de em
414 torno de trinta medidas específicas, já apresentadas ao Governo pela
415 Articulação Nacional de Agroecologia, e aqui expostas pelo palestrante. Após
416 as apresentações, Paulo Guilherme, do MMA, precisou se ausentar da reunião
417 para cumprir outros compromissos. Ficou em seu lugar, representando o MMA,
418 Cláudia Calório, Diretora do Departamento de Extrativismo do Ministério do
419 Meio Ambiente e representante do Grupo Interministerial de elaboração da
420 Política. Antes de sair, no entanto, Paulo Guilherme mencionou a necessidade
421 de se promover diálogo e interação em relação à Política que está sendo
422 apresentada para a construção algo o melhor possível. Informou que houve a
423 concordância, por parte da Secretaria Geral da Presidência, de ancorar a
424 política e fazer sua coordenação. Esclareceu que o Decreto de Agroecologia e
425 Produção Orgânica, que institui e cria mecanismos para a implementação da
426 Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, deve estar focado no
427 tema do controle, banimento e uso dos agrotóxicos. Na sequência dos
428 trabalhos, a Plenária se posicionou sobre o conteúdo político das propostas da
429 Articulação Nacional de Agroecologia e da Política Nacional de Agroecologia e
430 Produção Orgânica. Maria Emília esclareceu que a intenção da apresentação
431 não é demonstrar que Documento está fechado, mas sim de agregar
432 informações e sugestões. Assim, observações foram feitas, e grande parte da
433 Plenária considerou louvável a iniciativa da elaboração da Política, por parte do
434 Governo. Como os trabalhos sobre a Política continuam em andamento, o
435 CONSEA e outros órgãos e setores envolvidos discutirão formas de como
436 exercitá-la. Em seguida, Maria Emilia esclareceu que quando começou o
437 debate sobre a Política de Agroecologia, o CONSEA já tinha conhecimento de

438 que estava em curso o debate sobre a implantação de um sistema nacional
439 sobre produção orgânica. E que o debate aqui apresentado foi acordado com
440 os representantes das Comissões Federal e Estadual de Orgânicos. Essa é
441 uma construção política complexa, pois há diferenças entre sistema orgânico e
442 sistema agroecológico. E quanto aos sujeitos da PNAPO, esses estão bem
443 explicitados na proposta da ANA. A presidente do CONSEA reconheceu que as
444 propostas apresentadas pela Plenária têm convergência com as propostas
445 trazidas pela ANA, no sentido de fazer avançar para as propostas do Governo,
446 como: importância e adequação da ATER; adequação da Vigilância Sanitária;
447 revisão da DAP; readequação dos fundos de fomentos já existentes;
448 financiamento; fundo nacional específico para a agroecologia; redução do uso
449 de agrotóxicos; garantia da existência de áreas contínuas que não sejam
450 contaminadas; importância das Universidades; democratização dos acessos
451 aos recursos genéticos da Embrapa; fazer referência a energias limpas;
452 campanha ampla junto à sociedade sobre a importância da energia limpa;
453 tratado dos diferentes biomas, com destaque para o bioma da Amazônia;
454 financiamento para pesquisa. Deu-se sequência ao tema com o Subitem c)
455 Apresentação das propostas das Comissões Permanentes –
456 Coordenadores(as) das Comissões. Foi feita a leitura do Documento de
457 Sistematização das Contribuições das Comissões Permanentes ao Decreto
458 que instituirá a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.
459 Seguiu-se ao d) Debate e encaminhamentos. A Plenária se manifestou a
460 respeito do Documento de Sistematização das CPs, com observações e
461 contribuições. Após as manifestações da Plenária, a palavra foi devolvida à
462 Mesa: a) Eugênio Ferrari esclareceu que o Documento da ANA está em
463 processo de negociação com os setores envolvidos. b) Claudia Calório
464 reconheceu a importância de o Governo chamar para si um tema tão
465 importante e estratégico como é o tema da agroecologia. Informou que dentro
466 do Ministério do Desenvolvimento Agrário houve um processo de tentar fazer
467 com que a questão da agroecologia fosse pautada como uma política
468 importante dentro do Governo. Reafirmou que o Documento não está fechado,
469 e todas as questões apresentadas são bem-vindas. A Política da Agroecologia
470 tem a preocupação de não ser simplesmente um conjunto de medidas, mas
471 sim medidas que somem com o conjunto de outras políticas, planos e
472 programas já instituídos. c) Maya Takagi concluiu que a construção da Política
473 é um processo de acúmulo de forças dentro do Governo e de diálogo com a
474 sociedade. E a expectativa do Governo é inaugurar uma trajetória de sucesso
475 para a política de Agroecologia e Agricultura Orgânica. Em seguida, o
476 Conselheiro Carlos Eduardo Leite fez leitura da Exposição de Motivos sobre as
477 discussões e proposições do CONSEA a respeito da Política Nacional de
478 Agroecologia e Produção Orgânica. Encaminhamentos propostos: i) As
479 sugestões da Plenária em relação às medidas prioritárias da Política serão
480 incluídas na Exposição de Motivos. ii) As sugestões sobre o Decreto serão
481 encaminhadas para a Comissão de Negociação. iii) O documento apresentado
482 pelo Conselheiro Carlos Eduardo Leite será readequado às regras de uma EM.
483 A Sessão foi interrompida para o Intervalo do almoço. Deu-se continuidade aos
484 trabalhos, na parte da tarde, com uma proposta da Conselheira Silvia Rigon, de
485 inclusão na proposta de EM de um parágrafo se referindo à necessidade de
486 implementação do Plano Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos. Assim,

487 a Secretaria Executiva do CONSEA elaborará um texto sobre o tema solicitado.
488 Em seguida, passou-se ao Item 5) Informe sobre os encaminhamentos da Rio
489 + 20 – Mirlane Klimach – Representante do Grupo de Trabalho relatou as
490 iniciativas que o CONSEA ou seus Conselheiros têm se envolvido: i) O
491 Conselheiro Renato Maluf comporá a Mesa da atividade “Diálogos para o
492 Desenvolvimento Sustentável”, dia 17 de junho, às 19h30, no Pavilhão 5 do Rio
493 Centro. Nessa Mesa, a Sociedade Civil fará recomendações, que serão
494 encaminhadas para o Chefe de Estado da Conferência Oficial. ii) CONSEA e
495 CESAN estão organizando uma Mesa sobre Soberania e Segurança Alimentar
496 e Nutricional, dentro da atividade “Arena Socioambiental”, dia 19 de junho, às
497 17h, no Museu de Arte Moderna, no Aterro do Flamengo. iii) O CONSEA não
498 organizará atividade própria para a “Cúpula dos Povos por Justiça Social e
499 Ambiental”. A inserção do CONSEA nessa atividade será por meio das
500 organizações de seus Conselheiros. Assim, quem tiver interesse em divulgar
501 suas atividades, que envie à Secretaria Executiva informações, por e-mail, para
502 que sejam divulgadas no sítio do Conselho. iv) No sitio do CONSEA constam
503 dois *links* da Rio + 20, com documentos e informações sobre a Conferência. v)
504 Para a Conferência Oficial, que acontecerá dias 20 a 22 de junho, no Rio
505 Centro, já foi solicitado ao Ministério das Relações Exteriores que o CONSEA
506 tenha uma vaga na Delegação Brasileira. vi) O CONSEA contribuiu com a Rio
507 + 20, através do Grupo de Trabalho Rio + 20, com parte do documento oficial
508 que está em negociação e que vai ser utilizado como documento base das
509 discussões da Conferência. vii) A Conselheira Anelise Rizzolo de Oliveira
510 Pinheiro representou o CONSEA no Seminário Preparatório da Rio + 20,
511 organizado pelo Ministério da Saúde. viii) O Conselheiro Renato Maluf
512 participou do Congresso virtual, organizado pelo Instituto de Ciências Agrárias
513 e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. ix) O Conselheiro Edécio Vigna
514 participou da reunião da Sociedade Civil na Comissão Nacional de
515 Organização. x) O CONSEA tem divulgado frequentemente em seu sitio
516 notícias sobre a Rio + 20. xi) Foi criada uma plataforma virtual da Rio + 20 para
517 a Sociedade Civil poder apresentar suas contribuições. As pessoas que se
518 inscreverem nessa plataforma poderão votar, até o dia 14 do junho, nas
519 recomendações ali apresentadas. As recomendações mais votadas serão
520 encaminhadas ao Chefe de Estado e para os Diálogos para Desenvolvimento
521 Sustentável. xii) São duas mil vagas para participação nos Diálogos para o
522 Desenvolvimento Sustentável. Contudo, os interessados devem se inscrever
523 antes. xiii) O Conselheiro Renato Maluf fez uso da palavra e observou que o
524 GT Internacional vai propor ao CONSEA que este se dedique a fazer uma
525 análise do que sair da Conferência Rio + 20 . xiv) O Conselheiro Antônio R. D.
526 da Costa informou que a Comissão Intersetorial de Saúde Indígena, em sua
527 79ª Reunião, solicitou ao Ministério da Saúde que a 80ª Reunião da CISI seja
528 realizada na Rio + 20 . O Ministério da Saúde concordou com a proposta e já
529 liberou as passagens. A 80ª Reunião será no Rio de Janeiro, nos dias 18 a 21
530 de junho. xv) O Conselheiro Eduardo Amaral Borges informou que nos últimos
531 40 dias aconteceram várias reuniões sobre a Rio + 20, que trataram de temas
532 envolvendo populações negras e comunidades tradicionais. xvi) O Conselheiro
533 José de Ribamar de Araújo e Silva informou que dentre as ações da Rio + 20,
534 haverá uma mobilização pelos 20 anos da Ação da Cidadania, no Rio de
535 Janeiro. xvii) A Presidenta do CONSEA, Maria Emília, informou também que na

536 Rio + 20 será tratado o tema da Soberania Alimentar e Agroecologia, e
537 acontecerá a Assembleia dos Povos, onde vários temas se agrupam. xviii)
538 Maya Takagi solicitou indicação de temas a serem pautados na Mesa de
539 Segurança Alimentar, na Arena Social, que está sendo organizada pelo
540 CONSEA e Ministério do Desenvolvimento Social. Seguiu-se ao próximo tema
541 de pauta. Composição da 3ª Mesa: Maria Emilia Pacheco; Maya Takagi;
542 Laudemir Muller, da Secretaria de Agricultura Familiar; Antoninho Rovaris,
543 Secretaria de Política Agrícola da CONTAG, Elisângela Araújo, Coordenadora
544 Geral da FETRAF-BRASIL; Sandra Marli da Rocha Rodrigues, do Movimento
545 de Mulheres Camponesas Foi tratado o Item 12) Plano Safra da Agricultura
546 Familiar 2012-2013, proposta de plano que nasceu no CONSEA, em 2003,
547 quando também nasceu a proposta de aquisição de alimentos. Desde então o
548 debate tem sido feito neste Conselho. b) Propostas dos movimentos sociais ao
549 Plano Safra da Agricultura Familiar – Contag, Fetraf, MMC e outros. Antoninho
550 Rovaris, da Secretaria de Política Agrícola da CONTAG, falou da importância
551 da Agricultura Familiar no Brasil. Disse que a Contag tem trabalhado no sentido
552 de melhorar todos os instrumentos de políticas estruturantes conseguidas ao
553 longo dos últimos anos. Os instrumentos existem, mas falta sua aplicabilidade
554 concreta para os agricultores. Antoninho informou que a pauta da Contag
555 trabalha baseada nas políticas estruturantes e de ações imediatas,
556 especialmente nas questões de fenômenos climáticos, como secas e
557 enchentes. A Contag tem discutindo e tentando buscar um consenso junto ao
558 Governo para inclusão da Agricultura Familiar nas políticas públicas. Um
559 assunto levantado pelo palestrante foi a questão da pesca para a Agricultura
560 Familiar. Um assunto de suma importância para entendimento das
561 possibilidades de ocupação e transformação das águas no Brasil, em locais
562 produtivos e de complementação da renda para a Agricultura Familiar deste
563 País. a) Apresentação do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012-2013 –
564 Ministro Pepe Vargas - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para substituir o
565 Ministro Pepe Vargas, esteve presente na reunião, Laudemir Muller, da
566 Secretaria de Agricultura Familiar, começou sua fala justificando que o Ministro
567 Pepe Vargas, do MDA, não pôde comparecer a esta reunião por ter
568 compromissos com a Presidenta Dilma Rousseff, para tratar do Código
569 Florestal. Em seguida informou que o MDA entende que este é um período
570 bastante intenso de formulação, construção e implementação de políticas e
571 instrumentos de políticas públicas. Disse que a pauta central do Ministério é
572 aperfeiçoar os instrumentos já existentes e fazê-los chegar ao conjunto da
573 Agricultura Familiar. O Ministério, visando a Política Agrícola, tem atuado nos
574 eixos da pobreza extrema, da organização econômica, e no tema da
575 sustentabilidade e agroecologia. Falou da necessidade de aperfeiçoamento dos
576 instrumentos públicos. O palestrante apresentou três questões consideradas
577 estruturante de aperfeiçoamento: i) Crédito - Este tem limitação e não é
578 possível atender todo o conjunto da Agricultura Familiar. Portanto, é necessário
579 ter outros instrumentos para atender a estruturação produtiva da Agricultura
580 Familiar. ii) ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural - Considerada uma
581 questão central para avançar e conduzir a política pública. Contudo, tem-se a
582 necessidade de aperfeiçoamento operacional e formação de técnicas, e saber
583 como aplicar a ATER no conjunto da Agricultura Familiar. iii) Capacidade
584 operacional do MDA para dar conta de implementar o conjunto dessas Políticas

585 Públicas na velocidade e escala necessárias para chegar aos seus usuários.
586 Laudemir Muller informou que o Governo está preocupado com a seca que tem
587 atingido o Brasil, pela sua profundidade, extensão e prognósticos. Assim, o
588 Ministério tem tentado enfrentar o problema; outro desafio importante a ser
589 tratado é o problema da água. Sobre o Plano Safra, o palestrante considera
590 que houve avanços nessa área, sobretudo na comercialização das compras
591 públicas com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa
592 Nacional de Alimentação Escolar e a Política de Garantia de Preços Mínimos –
593 PGPM. Contudo, considera que há necessidade de se avançar mais na pauta
594 de organização econômica da agricultura familiar, com construção de políticas
595 públicas para este setor. Sobre a sustentabilidade e agroecologia, falou do
596 Brasil Agroecológico, dizendo que o Governo pretende redirecionar sua
597 capacidade de assistência técnica para apoiar a Agricultura Familiar em uma
598 rota de produção mais sustentável, com sistemáticas agroecológicas e seguro
599 agrícola. Para isso, estão sendo envidados esforços no sentido de trabalhar
600 água, solo e insumos. Para a política para mulheres, principalmente
601 relacionada ao crédito, disse que tem uma determinação da Presidenta Dilma
602 para garantir que pelo menos 30% da capacidade de pagamento ou do limite
603 de crédito da família seja obrigatoriamente destinado às mulheres. O Governo
604 está trabalhando em vários pontos do Garantia Safra, um programa muito caro,
605 chegando a quase 750 mil famílias no Semiárido, mas ainda precisa de vários
606 ajustes e aperfeiçoamentos. Disse que está sendo estudada a possibilidade de
607 extensão para regiões do País que sofrem com outras lógicas, assim como
608 alagamentos. O palestrante concluiu sua fala mencionando o tema do
609 enquadramento da agricultura familiar, considerando que deve ter um cadastro
610 ou declaração de agricultores familiares desvinculado do crédito e que cada
611 política pode ter a sua rota própria. Terminou falando da importância de o
612 CONSEA colaborar nas discussões do tema da agroecologia. Seguiu-se ao
613 Subitem c) Propostas dos movimentos sociais ao Plano Safra da Agricultura
614 Familiar – Contag, Fetraf, MMC e outros. Sandra Marli da Rocha Rodrigues, do
615 Movimento de Mulheres Camponesas, começou sua fala registrando que os
616 movimentos sociais que compõem a Via Campesina não foram convidados ou
617 ouvidos na construção do Plano Safra. Portanto, este momento é importante
618 para apresentação das demandas dos Movimentos. A pauta da Via Campesina
619 visa à efetivação da soberania alimentar e nutricional, saudável e eficiente a
620 toda população e ao mesmo tempo, garantir as necessidades essenciais;
621 construir jeitos de viver na roça, valorizando a natureza e quem trabalha nela,
622 produzindo para o bem da humanidade a partir da recuperação das sementes
623 crioulas e preservação dos bens naturais, valorizando e valorando o trabalho
624 das mulheres com ações de geração da renda e autonomia cultural e
625 econômica e da potencialização da produção camponesa nos princípios da
626 agroecologia. Para que isso aconteça se faz necessária a implementação de
627 políticas públicas de investimentos para mulheres, subsídios para produção de
628 alimentos para o autoconsumo e geração de renda, capacitação e qualificação
629 técnicas; compras governamentais de pelo menos 30% da produção agrícola
630 produzida por mulheres; criação de mecanismos que efetivem a compra dos
631 30% da alimentação escolar da agricultura familiar pelos municípios; legislação
632 sanitária integrativa e não excludente; construção de centrais de
633 comercialização de compra de produtos da agricultura camponesa, articuladas

634 às políticas de abastecimento; seguro agrícola e crédito para agroecologia;
635 reforma agrária, com garantia de título da terra para ambos os sexos e
636 sucessão da terra, combatendo a compra de terra por estrangeiros;
637 investimento público na pesquisa, ciência e tecnologia voltada às necessidades
638 da agricultura familiar; incentivos à ampliação da produção e programa e
639 aquisição de sementes crioulas; políticas de compras subsidiadas de
640 equipamentos adequados para a produção camponesa; acesso à análise de
641 solos eficaz de micro e macronutrientes e microvida do solo através de uma
642 rede pública, envolvendo Universidades e Embrapa; incentivo à produção
643 agroecológica de insumos compostos, biofertilizantes, homeopáticos voltados à
644 produção de alimentos agroecológicos; garantia de infraestrutura e habitação
645 para as unidades de produção e para mulheres; garantia de recursos hídricos,
646 para abastecimento humano, animal e vegetal; consolidação de zoneamento
647 ambiental econômico eficaz e sustentável para todas as regiões do País; veto
648 da Presidenta Dilma para o Código Florestal; proibição da comercialização e
649 uso dos agrotóxicos que estão na lista de reavaliação da ANVISA; avançar no
650 cumprimento da lei 8.078/90, que exige a rotulagem dos produtos que contém
651 transgênicos; garantia da seguridade Social, com controle social e participação
652 popular. Dando continuidade, d) Propostas dos movimentos sociais ao Plano
653 Safra da Agricultura Familiar – Contag, Fetraf, MMC e outros. Elisângela
654 Araújo, coordenadora Geral da FETRAF-BRASIL, com um discurso
655 emocionado, considerou este um grande momento para pautar o debate sobre
656 a Agricultura Familiar brasileira, e disse que o CONSEA tem um papel
657 significativo para o setor. Informou que a FETRAF-Brasil, desde março deste
658 ano, vem realizando a 8ª Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar.
659 Disse que a FETRAF decidiu não fazer mais um processo de negociação e
660 mobilização de perguntas e respostas aos Ministérios, pois compreende que
661 um setor como o da Agricultura Familiar precisa ser olhado, tratado e debatido
662 em um contexto mais eficaz e mais amplo, pois é preciso que a Agricultura
663 Familiar e a Reforma Agrária sejam olhadas pela política de desenvolvimento
664 do Governo. Portanto, a FETRAF, mais do que conversar com o Governo, quer
665 negociar e quer ter resultados. Assim, a palestrante apresentou a pauta da
666 FETRAF: Avançar na estruturação do Plano Safra, pensando em como será a
667 agricultura familiar para as próximas décadas; Editar políticas de acesso a terra
668 para os agricultores familiares; Reorganizar instrumentos da Política Agrícola;
669 Reestruturar o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
670 Familiar e ATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. A
671 coordenadora Geral da FETRAF-BRASIL falou da questão ambiental, um ponto
672 considerado estratégico e que tem sido tratado com o MMA, e exigindo do
673 Governo Federal políticas públicas para tema, TAM sendo tratados os temas
674 da água, estiagens e enchentes. Disse que a Agricultura Familiar brasileira tem
675 que ser tratada como setor econômico, para tanto tem que ser ouvida pelo
676 Ministério do Planejamento, Casa Civil e núcleos de Governo. Três eixos
677 importantes para a Agricultura Familiar: Reestruturação das políticas;
678 perspectiva da sustentabilidade, com novo modelo de produção; inclusão
679 socioproductiva para a juventude e para as mulheres. A palestrante disse que
680 espera que a Agricultura Familiar e Reforma Agrária estejam refletidas e
681 tratadas no próximo Plano Safra. Seguiu-se ao e) Debate e encaminhamentos,
682 com manifestação da Plenária sobre o tema em pauta. Imediatamente após a

683 Plenária usar a palavra, esta foi devolvida à Mesa, para seus comentários
684 finais: a) Laudemir Muller complementou que o Governo tende a ter um olhar
685 estratégico na construção de suas ações. Laudemir considera que deve ser
686 feita uma reflexão sobre a efetividade da Política da Agricultura Familiar,
687 discutindo estratégica e operacionalmente o assunto. Informou que o Governo
688 ainda não tem condições de afirmar qual limite, valor ou taxa de crédito para o
689 Plano Safra da Agricultura Familiar. Sobre a ATER, informou que a Conferência
690 foi muito importante, e tratou de vários temas centrais e estratégicos. Também
691 falou que estão em negociação com os Movimentos Sociais as pautas destes
692 com o Governo, inclusive existe um diálogo com as organizações da Via
693 Campesina, no intuito de formatar a desvinculação do Seguro do Crédito e
694 fazer com que este tenha uma formatação mais relacionada à renda e menos
695 ao crédito, principalmente na Região Nordeste. Considerou importantes as
696 oportunidades de diálogo com todos os setores. E a expectativa é que esses
697 diálogos sejam mais permanentes e há um esforço de convergência das pautas
698 dos Movimentos Sociais e Governo, objetivando o aperfeiçoamento do Plano
699 Safra. b) Elisângela Araújo informou que falta apenas um mês para conclusão
700 do Plano Safra, uma grande oportunidade de diálogo e de fazer de fato uma
701 construção de política participativa, e que existe um grande esforço de debate
702 das políticas, dialogando com os Ministérios afins e Governo. Falou que a
703 FETRAF espera que as contribuições apresentadas fortaleça a luta da
704 Federação e resulte em um grande Plano Safra 2012-2013, com questões
705 bastante estratégicas e estruturantes para a Agricultura Familiar brasileira. c)
706 Sandra Marli da Rocha Rodrigues informou que em relação às demandas, o
707 Movimento de Mulheres Camponesas se ateve mais às questões relacionadas
708 à produção, mas o Movimento está envolvido no combate à violência, na
709 questão da saúde pública de qualidade, na construção de creches no meio
710 rural, no campo, e escolas itinerantes em espaços da reforma agrária. Ainda,
711 que são grandes os desafios da Agricultura Familiar Camponesa, e todos os
712 aspectos que envolvem a mulher são considerados. Reconheceu e concorda
713 com a importância do esforço de articulação dos Movimentos Sociais do
714 campo, e que isso fortalece a questão da pauta e negociação com os
715 Ministérios. Considerou importante o CONSEA como espaço de diálogo das
716 angústias e demandas dos Movimentos Sociais, e contribuição na construção
717 do Plano Safra. Encaminhamentos propostos: i) Relacionar as propostas do
718 Plano Safra com o contexto do lançamento da Política de Agroecologia. Assim,
719 as várias propostas apresentadas constarão da Exposição de Motivos do
720 CONSEA sobre a Agroecologia. ii) Pensar na estratégia e operacionalização da
721 Política. Sobre esse segundo item, foi proposto que as Comissões
722 Permanentes do CONSEA elaborem um processo de monitoramento, inclusive
723 à luz do Plano Nacional de Segurança Alimentar, propondo análises e ajustes
724 sobre sua operacionalização. Em seguida, passou ao Subitem d) Indicação de
725 representantes do CONSEA para formação do GT Conjunto CONSEA-Condraf.
726 Foram indicados para compor o GT CONSEA-Condraf: Pela CP3, Eduardo
727 Amaral Borges (Cazuza) - Titular, Valter Israel da Silva - Titular, Werner Fuchs
728 – Suplente e Sandra Marli da Rocha Rodrigues – Suplente. Em seguida, foi
729 tratado o Item 14) Informe sobre indicação de coordenação das Comissões
730 Permanentes e definição de temas prioritários para as próximas Plenárias –
731 Coordenação: Maria Emília Pacheco – Presidenta do CONSEA. As Comissões

732 apresentaram o seguinte: Comissão Permanente 1: Edécio Vigna, como
733 coordenador temporário. Temas propostos: Financiamento e Marco Regulatório
734 da Sociedade Civil. Comissão Permanente 4: Mariza Rios, como coordenadora;
735 o suplente será definido na próxima reunião. Temas propostos: Plenária dos
736 dias 26 e 27, tratar da experiência do Ministério da Saúde sobre as deficiências
737 micro nutricionais e beribéri, do Projeto de Lei que trata do orçamento de 2012,
738 recursos desembolsados dos resultados referentes às iniciativas dos direitos
739 sociais instituído no art. 6º da Constituição. Comissão Permanente 2: Temas
740 propostos: Convivência com a Amazônia relacionada a temas sobre enchentes
741 e seca; debater sobre instituição dos objetivos de desenvolvimentos
742 sustentáveis e Segurança Alimentar e Nutricional, a partir da Rio + 20 ; tratar
743 da Política Nacional de Participação Social, na Plenária de outubro; Mudanças
744 climáticas e Desenvolvimento sustentável para a Segurança Alimentar e
745 Nutricional, podendo ser extra Plenária; Avaliar o primeiro ano do Plano de
746 SAN e avaliação de um ano do Brasil Sem Miséria, na Plenária de agosto;
747 Retomar o debate da crise internacional e riscos para a Soberania e Segurança
748 Alimentar e Nutricional no Brasil e demais países do mundo; realizar um
749 seminário, em conjunto com o CONSEA e Sistema S, para debater as ações de
750 Segurança Alimentar e tratar de desperdícios, e Estatuto do Bom Samaritano.
751 Grupo de Trabalho de Gênero se reunir, as vésperas da próxima Plenária, para
752 tratar da pesquisa das condições das mães em Cuba e da ocorrência de
753 hipotireoidismo nas mulheres da Amazônia. Grupo de Trabalho Internacional,
754 às vésperas da próxima Plenária, se reunir para tratar do atendimento das
755 demandas que vêm para o CONSEA de participação internacional e
756 intercâmbio, desenvolver uma iniciativa que contribua para maior coordenação
757 da cooperação internacional realizada pelo Brasil em segurança alimentar e
758 nutricional, e enfrentar as questões de governança global do sistema alimentar
759 mundial e o papel do Brasil no mundo. Comissão Permanente 3: Temas
760 propostos: Concordou com as propostas apresentadas pela Plenária sobre os
761 Temas propostos aos CONSEA. O GT de Desenvolvimento Urbano será
762 coordenado conjuntamente pelos Conselheiros Edno Honorato de Brito e
763 Christiane Gasparini Araújo Costa. Para coordenação da CP3, foi definido
764 Carlos Eduardo O. de S. Leite, com suplência a ser definida na próxima
765 reunião. O Grupo de Trabalho do PNAE será coordenado pela Conselheira
766 Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade e Sandra Marli da Rocha Rodrigues.
767 Para o Grupo de Trabalho do Plano Safra, ficaram como coordenadores
768 titulares Valter Israel da Silva e Eduardo Amaral Borges (Cazuza) e Werner
769 Fuchs e Carlos Eduardo O. de S. Leite como suplentes. Comissão Permanente
770 5: Temas propostos: Para a próxima Plenária, ampliar a discussão sobre
771 disponibilidade de água para as regiões fora do Semiárido; tratar do
772 acompanhamento do Plano Nacional de SAN, focando regularização fundiária,
773 acesso aos recursos naturais, conflitos e ameaças, SAN e Gênero, e
774 tombamento do babaçu. Como coordenador titular ficou definido Edgar
775 Aparecido de Moura (Amaral), e Maria Alaídes Alves de Souza como Suplente.
776 Comissão Permanente 6: Até a Plenária de junho, ficou como coordenador
777 provisório, Antônio R. D. da Costa, e Vânia Leite como Suplente. Temas
778 propostos: Retomar as Exposições de Motivos de 2011 sobre Terra e Território,
779 Direitos Patrimoniais e Etnodesenvolvimento, com sugestão para que o
780 CONSEA recomende sobre a minuta da Programa Nacional de Gestão

781 Ambiental em Terras Indígenas, que ainda não foi pela Presidenta Dilma;
782 propor ao Ministério do Meio Ambiente resgatar Carteira Indígena, objetivando
783 que se torne uma política permanente; tratar do tema da conveniência com o
784 Semiárido no Nordeste; solicitar ao INESC - Instituto de Estudos
785 Socioeconômicos que se disponibilize à CP5 o orçamento de 2012-2015 para
786 as questões indígenas; convidar a Embrapa para discutir sobre as sementes
787 crioulas. O Conselheiro Antônio R. D. da Costa solicitou que a entrega de
788 cestas de alimentos aos indígenas do Nordeste seja mensal, pois em vez de
789 comprar alimentos, aquele povo está comprando água devido à seca na região.
790 Comissão Permanente 7: Coordenação provisória de Paulo Sérgio Matoso, e
791 Sonia Lucena como Suplente. Temas propostos: A Comissão concordou com
792 as pautas apresentadas pelo CONSEA, mas observou que em temas como o
793 Semiárido não se pode perder de vista a questão da saúde. A Comissão
794 propôs que tanto esta CP quanto a CP3 se concentrem na discussão sobre
795 produção, consumo e desperdício de alimentos. Após a explanação das
796 Comissões, Maria Emília informou que em junho próximo será realizada uma
797 reunião da Mesa Diretiva para definir quais temas serão pautados em quais
798 Plenárias. Encaminhamentos propostos: 1) Na Plenária de junho: i) Tratar o
799 tema dos impactos da segurança alimentar e convivência com o Semiárido.
800 Associado a este tema, em outro momento, também tratar a questão da água
801 em outros biomas. ii) Apresentar informes sobre o Beribéri e sobre programa
802 que trata da desnutrição infantil. iii) Em cada Plenária ter algum Informe com
803 manifestação da Plenária. iv) Foi acolhida a proposta para tratar do orçamento
804 2012. Sobre este tema, Michele Lessa – Coordenadora do CONSEA Nacional,
805 informou que o Ministério do Planejamento já preparou o todo o PPA nos
806 moldes do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Secretaria
807 Executiva encaminhará às Comissões a análise do orçamento. 2) Plenária de
808 agosto: i) Tratar do acompanhamento o Plano Nacional de SAN, fazendo um
809 balanço do primeiro ano do Plano Nacional Brasil Sem Miséria, incluindo as
810 metas e propostas que os Encontros Temáticos de preparação da IV
811 Conferência propuseram. Para as propostas de temas a serem tratados nas
812 Plenárias seguintes, a Mesa Diretiva fará uma análise e definirá quais serão
813 pautados. Quanto ao questionamento feito a respeito das Exposições de
814 Motivos, Maria Emília informou que tanto a Casa Civil quanto a CAISAN,
815 segundo informações obtidas, estão estimulando os Ministérios que respondam
816 ao CONSEA sobre as Exposições de Motivos. Seguindo, passou-se ao Item
817 13) Informe sobre aprovação do CONSEA *ad referendum* ao termo de parceria
818 do MDS com a ASA para AP1MC e P1+2 (construção de cisternas de água
819 para consumo e para produção) – Elza Maria Franco Braga– Conselheira do
820 CONSEA, começou sua fala informando que o Termo de Parceria entre MDS e
821 ASA deverá ser assinado até início de junho de 2012. São dois Termos de
822 Parceria: um para AP1MC, cuja meta é 33.400 cisternas, com vigência de
823 junho de 2012 a janeiro de 2013, com recursos em torno de 69 milhões. Para
824 P1+2, a meta é de 7.630 cisternas, com vigência de junho a dezembro de
825 2012, e recursos em torno de 69 milhões. Pelo curto período de tempo e
826 vigência dos Termos de Parceria, a Conselheira propôs aprofundar a discussão
827 sobre os futuros Termos de Parceria, devido ter uma exigência de que se faça
828 Chamada Pública, entretanto o encurtamento da vigência desses Termos de
829 Parceria leva à redução das metas que se almeja com relação à

830 universalização da água para o Semiárido. Elza Braga sugeriu que para os
831 próximos Termos de Parcerias, a vigência seja de um a dois anos e não seja
832 necessário fazer novas Chamadas Públicas porque são poucas as entidades
833 que atendem ao que a Chamada Pública exige para realizar um Termo de
834 Parceria dessa envergadura. Ainda sobre este tema, o Conselheiro Antônio R.
835 D. da Costa, com base na declaração do atual momento da seca no Semiárido
836 feita pela Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA, solicitou ao CONSEA que
837 recomende ao MDS fornecimento de água para consumo humano e animal,
838 bem como distribuição mensal de cestas de alimentos para as populações
839 indígenas do Nordeste brasileiro. Encaminhamento: A proposta de
840 recomendação foi apoiada pela Plenária. Em seguida, Maya Takagi fez uso da
841 palavra e informou que a Chamada Pública mencionada pela Conselheira Elza
842 Braga foi de comum acordo com a AP1MC, justamente para fortalecer a ASA
843 perante as entidades públicas e órgão de controle. E o tempo curto para
844 realização do Termo ocorreu para que não prejudicasse a entrada em vigor dos
845 novos Termos de Parceria. A meta do MDS é alcançar a universalização de
846 cisternas no Semiárido e Brasil, e que o projeto das cisternas está sendo
847 expandido para outros lugares como os Estados de Santa Catarina e Rio
848 Grande do Sul, na Região Sul. Maya também informou que serão levadas
849 todas as reivindicações aqui apresentadas sobre o assunto ao MDS para as
850 devidas providências. A expectativa do Ministério é sempre reforçar e fortalecer
851 as parcerias, e nunca retroceder. Sobre o documento da AS a respeito da seca,
852 Maya disse que as reivindicações serão levadas à Coordenação do Comitê que
853 trata do assunto no Governo Federal. Também afirmou que parte do que foi
854 colocado no Documento está sendo implantado. E propôs trazer na próxima
855 Plenária resultados dos trabalhos já realizados. Sobre as cestas de alimentos,
856 Maya informou que o Acordo de Cooperação entre MDS e CONAB se encerra
857 em junho deste ano. Contudo, já está sendo formatado um novo Acordo de
858 Cooperação no sentido de não causar nenhuma interrupção na distribuição das
859 cestas, em especial para a população indígena. Informou que foi firmado um
860 Grupo de Trabalho composto por Governo Federal e Secretaria de Saúde
861 Indígena para definir prioridades para que outras comunidades sejam
862 atendidas pelo programa de distribuição de cestas, por conta da seca. 15)
863 Encerramento: Antes do encerramento desta Plenária, a Presidenta do
864 CONSEA Nacional Maria Emília Lisboa Pacheco informou que a Conselheira
865 Ana Segall comporá do Comitê de Monitoramento do Plano, em nome do
866 CONSEA, junto à CAISAN. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a
867 Presidenta deu por encerrada a Sessão, agradecendo a presença de todos.

Maria Emília Lisboa Pacheco
Presidente 868